

PM DF

Cargo -

CFO - Curso de Formação de Oficiais



PM DF - Polícia Militar do Distrito Federal





CONHECIMENTOS GERAIS

LÍNGUA PORTUGUESA

- 1 Compreensão e interpretação de textos de gêneros variados.
- 2 Reconhecimento de tipos e gêneros textuais.
- 3 Domínio da ortografia oficial.
- 4 Domínio dos mecanismos de coesão textual.
- 4.1 Emprego de elementos de referenciação, substituição e repetição, de conectores e de outros elementos de sequenciação textual.
- 4.2 Emprego de tempos e modos verbais.
- 5 Domínio da estrutura morfossintática do período.
- 5.1 Emprego das classes de palavras.
- 5.2 Relações de coordenação entre orações e entre termos da oração.
- 5.3 Relações de subordinação entre orações e entre termos da oração.
- 5.4 Emprego dos sinais de pontuação.
- 5.5 Concordância verbal e nominal.
- 5.6 Regência verbal e nominal.
- 5.7 Emprego do sinal indicativo de crase.
- 5.8 Colocação dos pronomes átonos.
- 6 Reescrita de frases e parágrafos do texto.
- 6.1 Significação das palavras.
- 6.2 Substituição de palavras ou de trechos de texto.
- 6.3 Reorganização da estrutura de orações e de períodos do texto.
- 6.4 Reescrita de textos de diferentes gêneros e níveis de formalidade.

LEGISLAÇÃO

1 Lei nº 6.450/1977 (dispõe sobre a organização básica da Polícia Militar do Distrito Federal e dá outras providências).



- 2 Lei nº 7.289/1984 (aprova o Estatuto dos Policiais Militares da Polícia Militar do Distrito Federal e dá outras providências).
- 3 Lei nº 12.086/2009 (dispõe sobre os militares da Polícia Militar do Distrito Federal e do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal e dá outras providências).
- 4 Decreto nº 88.777/1983 (aprova o regulamento para as polícias militares e corpos de bombeiros militares R-200).
- 5 Decreto nº 10.443/2020 (Lei de organização básica da Polícia Militar do Distrito Federal).
- 6 Lei Orgânica do Distrito Federal.
- 7 Lei nº 14.751/2023 (Lei Orgânica Nacional das polícias militares e dos corpos de bombeiros militares dos estados, do Distrito Federal e dos Territórios)

DISTRITO FEDERAL E POLÍTICA PARA MULHERES

- 1 Tópicos atuais e relevantes acerca da realidade étnica, social, histórica, geográfica, cultural, política e econômica do Distrito Federal e da região integrada de desenvolvimento do Distrito Federal e entorno (RIDE), instituída pela Lei Complementar federal nº 94/1998 e regulamentada pelo Decreto Federal nº 7.469/2011.
- 2 Plano Distrital de Política para Mulheres.

DIREITOS HUMANOS

- 1 Teoria geral dos direitos humanos.
- 1.1 Conceitos, terminologia, estrutura normativa, fundamentação.
- 2 Afirmação histórica dos direitos humanos.
- 3 Direitos humanos e responsabilidade do Estado.
- 4 Direitos humanos na Constituição Federal.
- 5 Política Nacional de Direitos Humanos; políticas de segurança pública voltadas para grupos vulneráveis (LGBTQIAPN+).
- 6 Constituição brasileira e tratados internacionais de direitos humanos.



NOÇÕES DE CRIMINOLOGIA

- 1 Criminologia.
- 1.1 Conceito.
- 1.2 Métodos: empirismo e interdisciplinaridade.
- 1.3 Objetos da criminologia: delito, delinquente, vítima, controle social.
- 2 Funções da criminologia.
- 2.1 Criminologia e política criminal.
- 2.2 Direito penal.
- 3 Modelos teóricos da criminologia.
- 3.1 Teorias sociológicas.
- 3.2 Prevenção da infração penal no Estado democrático de direito.
- 3.3 Prevenção primária.
- 3.4 Prevenção secundária.
- 3.5 Prevenção terciária.
- 3.6 Modelos de reação ao crime.
- 4 Criminologia ambiental.

RACIOCÍNIO LÓGICO

- 1 Conjuntos numéricos: números inteiros, racionais e reais.
- 2 Sistema legal de medidas.
- 3 Razões e proporções.
- 3.1 Divisão proporcional.
- 3.2 Regras de três simples e compostas.
- 3.3 Porcentagens.
- 4 Equações e inequações de 1º e de 2º graus.
- 5 Sistemas lineares.
- 6 Funções e gráficos.
- 7 Princípios de contagem.
- 8 Progressões aritméticas e geométricas.
- 9 Compreensão de estruturas lógicas.



- 10 Lógica de argumentação: analogias, inferências, deduções e conclusões.
- 11 Lógica sentencial (ou proposicional).
- 11.1 Proposições simples e compostas.
- 11.2 Tabelas-verdade.
- 11.3 Equivalências.
- 11.4 Leis de De Morgan.
- 11.5 Diagramas lógicos.
- 12 Lógica de primeira ordem.
- 13 Princípios de contagem e probabilidade.
- 14 Operações com conjuntos.
- 15 Raciocínio lógico envolvendo problemas aritméticos, geométricos e matriciais.

LÍNGUA INGLESA

- 1 Compreensão de textos variados: domínio do vocabulário e da estrutura da língua, ideias principais e secundárias, explícitas e implícitas, relações intratextuais e intertextuais.
- 2 Itens gramaticais relevantes para compreensão de conteúdos semânticos.
- 3 Conhecimento e uso das formas contemporâneas da linguagem inglesa.



CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

ADMINISTRAÇÃO

- 1 Noções de administração.
- 1.1 Abordagens clássica, burocrática e sistêmica da administração.
- 1.2 Evolução da administração pública no Brasil após 1930; reformas administrativas; a nova gestão pública.
- 2 Processo administrativo.
- 2.1 Funções da administração: planejamento, organização, direção e controle.
- 2.2 Estrutura organizacional.
- 2.3 Cultura organizacional.
- 3 Gestão de pessoas.
- 3.1 Equilíbrio organizacional.
- 3.2 Objetivos, desafios e características da gestão de pessoas.
- 3.3 Comportamento organizacional: relações indivíduo/organização, motivação, liderança, desempenho.
- 4 Gestão da qualidade e modelo de excelência gerencial.
- 4.1 Principais teóricos e suas contribuições para a gestão da qualidade.
- 4.2 Ciclo PDCA.
- 4.3 Ferramentas de gestão da qualidade.
- 4.4 Modelo do Gespública.
- 5 Noções de gestão de processos: técnicas de mapeamento, análise e melhoria de processos.
- 6 Legislação administrativa.
- 6.1 Administração direta, indireta e funcional.
- 6.2 Atos administrativos.
- 6.3 Requisição.
- 6.4 Regime jurídico dos servidores públicos estaduais: admissão, demissão, concurso público, estágio probatório, vencimento básico, licença, aposentadoria.
- 7 Noções de administração de recursos materiais.



DIREITO CONSTITUCIONAL

- 1 Constituição.
- 1.1 Conceito, objeto, elementos e classificações.
- 1.2 Supremacia da Constituição.
- 1.3 Aplicabilidade das normas constitucionais.
- 1.4 Interpretação das normas constitucionais.
- 1.4.1 Métodos, princípios e limites.
- 2 Princípios fundamentais.
- 3 Direitos e garantias fundamentais.
- 3.1 Direitos e deveres individuais e coletivos.
- 3.2 Habeas corpus, mandado de segurança, mandado de injunção e habeas data.
- 3.3 Direitos sociais.
- 3.4 Nacionalidade.
- 3.5 Direitos políticos.
- 3.6 Partidos políticos.
- 4 Organização do Estado.
- 4.1 Organização político-administrativa.
- 4.2 União, estados federados, municípios, Distrito Federal e territórios.
- 4.3 Intervenção federal e estado de sítio.
- 4.4 Intervenção dos estados nos municípios.
- 5 Administração pública.
- 5.1 Disposições gerais.
- 5.2 Militares dos estados, do Distrito Federal e dos territórios.
- 6 Organização dos poderes no Estado.
- 6.1 Mecanismos de freios e contrapesos.
- 6.2 Poder Legislativo.
- 6.2.1 Prerrogativas parlamentares.
- 6.3 Conselho da República e Conselho de Defesa Nacional.
- 6.4 Poder Judiciário.
- 6.4.1 Disposições gerais.
- 6.4.2 Justiça militar da União e dos estados.
- 7 Defesa do Estado e das instituições democráticas; segurança pública; forças armadas.



8 Jurisprudência aplicada dos tribunais superiores.

DIREITO ADMINISTRATIVO

- 1 Estado, governo e administração pública.
- 1.1 Conceitos.
- 1.2 Elementos.
- 2 Direito administrativo.
- 2.1 Conceito.
- 2.2 Objeto.
- 2.3 Fontes.
- 3 Ato administrativo.
- 3.1 Conceito, requisitos, atributos, classificação e espécies.
- 3.2 Extinção do ato administrativo.
- 3.2.1 Cassação, anulação, revogação e convalidação.
- 3.3 Decadência administrativa.
- 4 Poderes da administração pública.
- 4.1 Hierárquico, disciplinar, regulamentar e de polícia.
- 4.2 Uso e abuso do poder.
- 5 Regime jurídico-administrativo.
- 5.1 Conceito.
- 5.2 Princípios expressos e implícitos da administração pública.
- 6 Responsabilidade civil do Estado.
- 6.1 Evolução histórica.
- 6.2 Responsabilidade civil do Estado no direito brasileiro.
- 6.2.1 Responsabilidade por ato comissivo do Estado.
- 6.2.2 Responsabilidade por omissão do Estado.
- 6.3 Requisitos para a demonstração da responsabilidade do Estado.
- 6.4 Causas excludentes e atenuantes da responsabilidade do Estado.
- 6.5 Reparação do dano.
- 6.6 Direito de regresso.
- 7 Controle da administração pública.
- 7.1 Controle exercido pela administração pública.



- 7.2 Controle judicial.
- 7.3 Controle legislativo.
- 7.4 Improbidade administrativa.
- 7.4.1 Lei nº 8.429/1992.
- 8 Processo administrativo.
- 8.1 Lei nº 9.784/1999.
- 9 Licitações e contratos administrativos.
- 9.1 Legislação pertinente.
- 9.1.1 Lei nº 14.133/2021.
- 9.1.2 Decreto nº 11.531/2023 e Portaria Interministerial nº 424/2016.

DIREITO PENAL

- 1 Princípios aplicáveis ao direito penal.
- 2 Aplicação da lei penal.
- 2.1 A lei penal no tempo e no espaço.
- 2.2 Tempo e lugar do crime.
- 2.3 Interpretação da lei penal.
- 2.4 Analogia.
- 2.5 Irretroatividade da lei penal.
- 2.6 Conflito aparente de normas penais.
- 3 Ilicitude.
- 4 Culpabilidade.
- 5 Concurso de pessoas.
- 6 Penas.
- 6.1 Espécies de penas.
- 6.2 Cominação das penas.
- 7 Ação penal.
- 8 Punibilidade e causas de extinção.
- 9 Prescrição.
- 10 Crimes contra a fé pública.
- 11 Crimes contra a administração pública.
- 12 Lei nº 13.869/2019 (abuso de autoridade).



- 13 Lei nº 9.613/1998 (lavagem de dinheiro).
- 14 Disposições constitucionais aplicáveis ao direito penal.
- 15 Crimes e sanções penais na licitação (Lei nº 14.133/2021).

DIREITO PROCESSUAL PENAL

- 1 Processo penal brasileiro; processo penal constitucional.
- 2 Sistemas e princípios fundamentais.
- 3 Aplicação da lei processual penal no tempo, no espaço e em relação às pessoas.
- 3.1 Disposições preliminares do Código de Processo Penal.
- 4 Inquérito policial.
- 5 Processo, procedimento e relação jurídica processual.
- 5.1 Princípios gerais e informadores do processo.
- 5.2 Pretensão punitiva.
- 6 Ação penal.
- 7 Prova; Lei nº 9.296/1996 (interceptação telefônica) e suas alterações.
- 8 Sujeitos do processo.
- 9 Prisão, medidas cautelares e liberdade provisória; Lei nº 7.960/1989 (prisão temporária) e suas alterações.
- 10 Lei nº 9.099/1995 e Lei nº 10.259/2001 (leis dos juizados especiais cíveis e criminais) e suas respectivas alterações.
- 11 Prazos.
- 11.1 Características, princípios e contagem.
- 12 Nulidades.
- 13 Jurisprudência aplicada dos tribunais superiores.

LEGISLAÇÃO PENAL E PROCESSUAL PENAL EXTRAVAGANTE

- 1 Lei nº 2.889/1956 (crime de genocídio).
- 2 Lei nº 7.716/1989 (crimes resultantes de preconceitos de raça ou de cor).
- 3 Lei nº 8.072/1990 e Lei nº 8.930/1994 (crimes hediondos).



- 4 Lei nº 9.099/1995 (juizados especiais).
- 5 Lei nº 12.850/2013 (crime organizado).
- 6 Lei nº 9.455/1997 (crimes de tortura).
- 7 Lei nº 9.503/1997 (Código de Trânsito Brasileiro).
- 8 Lei nº 9.605/1998 (crimes contra o meio ambiente).
- 9 Lei nº 10.826/2003 (Estatuto do Desarmamento).
- 10 Lei nº 11.343/2006 (Lei de Drogas).
- 11 Lei nº 11.340/2006 (Lei Maria da Penha).

DIREITO PENAL MILITAR

- 1 Aplicação da lei penal militar.
- 2 Crime.
- 3 Imputabilidade penal.
- 4 Concurso de agentes.
- 5 Penas.
- 6 Aplicação da pena.
- 7 Suspensão condicional da pena.
- 8 Livramento condicional.
- 9 Penas acessórias.
- 10 Efeitos da condenação.
- 11 Medidas de segurança.
- 12 Ação penal.
- 13 Extinção da punibilidade.
- 14 Crimes militares em tempo de paz.
- 15 Crimes própria e impropriamente militares; critérios de classificação.
- 16 Princípios constitucionais penais com reflexos na lei penal militar.

DIREITO PROCESSUAL PENAL MILITAR

- 1 Processo penal militar e sua aplicação.
- 2 Polícia judiciária militar.



- 3 Inquérito policial militar.
- 4 Ação penal militar e seu exercício.
- 5 Processo.
- 6 Juiz, auxiliares e partes do processo.
- 7 Denúncia.
- 8 Justiça militar da União.
- 8.1 Lei nº 8.457/1992 (organização da justiça militar da União).
- 8.2 Defensoria Pública da União junto à justiça militar.
- 8.3 Competência da justiça militar da União.
- 9 Questões prejudiciais.
- 10 Exceções.
- 11 Incidente de sanidade mental do acusado.
- 12 Incidente de falsidade de documento.
- 13 Medidas preventivas e assecuratórias.
- 14 Providências que recaem sobre coisas.
- 15 Providências que recaem sobre pessoas.
- 15.1 Prisão em flagrante.
- 15.2 Prisão preventiva.
- 15.3 Liberdade provisória.
- 16 Citação, intimação e notificação.
- 17 Atos probatórios.
- 17.1 Interrogatório.
- 17.2 Confissão.
- 17.3 Perícias e exames.
- 17.4 Testemunhas.
- 17.5 Acareação.
- 17.6 Reconhecimento de pessoa e coisa.
- 17.7 Documentos.
- 17.8 Indícios.
- 18 Processos em espécie.
- 18.1 Processo ordinário.
- 18.2 Processos especiais.
- 18.3 Deserção de oficial e de praça.



- 18.4 Insubmissão.
- 19 Nulidades.
- 20 Recursos.
- 20.1 Regras gerais.
- 20.2 Recurso em sentido estrito.
- 20.3 Correição parcial.
- 20.4 Apelação.
- 20.5 Embargos.
- 20.6 Revisão.
- 20.7 Recurso extraordinário.
- 20.8 Reclamação.
- 21 Execução.
- 21.1 Incidentes.
- 21.2 Suspensão condicional da pena.
- 21.3 Livramento condicional.
- 21.4 Indulto, comutação da pena, anistia e reabilitação.
- 21.5 Execução das medidas de segurança.
- 22 Princípios constitucionais processuais com reflexos na lei processual penal militar.



CANAIS

Já nas redes sociais, você pode contar com o nosso apoio em canais atualizados diariamente, oferecem notícias completas e conteúdos direcionados sobre concursos de todo o Brasil. Fique ligado!



BONS ESTUDOS!